

SAÚDE LGBTQIA+: o papel do fisioterapeuta na pós-cirurgia de redesignação sexual

*Nicolle Sena Souza*¹

*Fabiana da Silveira Bianchi Perez*²

RESUMO: A pauta LGBT tem ganhado força nos últimos dois séculos, porém ainda vem sofrendo preconceito e discriminação, o que dificulta a acessibilidade desses grupos nas mais diversas áreas dentre elas o acesso de um tratamento e suporte de saúde adequado. Fazendo-se necessário que os profissionais de saúde busquem se capacitar para atender essa nova demanda. Os fisioterapeutas, enquanto profissionais da saúde, precisam se atualizar e capacitar para atender as demandas da diversidade sexual. O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura através das bases de dados, *LiLACS*, *SciELO* e *PubMed*. Conclui-se que com decorrer do tempo houve um aumento das cirurgias de redesignação de gênero, porém ainda há uma obstaculização para um atendimento de qualidade, sendo necessário ampliar as pesquisas, visando promover maior integralidade desta comunidade, pois a compreensão dos fatores e particularidades dos aspectos que abrangem este grupo poderá possibilitar um atendimento fisioterapêutico de maior qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Minorias Sexuais. Fisioterapia. Redesignação de Gênero.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 70, com o avanço do processo de redemocratização diversos movimentos tomaram força, dentre eles o movimento de luta pela liberdade sexual, buscando reconhecimento e direitos da população homossexual, que posteriormente ficou conhecido como Movimento LGBT, formado por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (BRASIL, 2013). Com o passar do tempo este movimento começou a se desenvolver e ganhar mais força, desta forma a sigla foi atualizada para LGBTQIA+ (com a integração das terminologias queer, intersexo, assexual e outras identidades de gênero) buscando gerar inclusão e incentivar o respeito (BORTOLETTO, 2019). A indagação das questões enfrentadas pela comunidade LGBT, emergiu no Brasil apenas na virada do século XX para o século XXI, e iniciou-se como uma noção de “direitos sexuais” (BARBOSA, FACCHINI; 2009).

A partir desta noção de direitos sexuais, esse movimento começou a exercer pressão e reivindicar seus direitos, para que fossem elaboradas políticas de saúde, que atendessem as

¹ Acadêmica do 8º período do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2022/2. E-mail: nicollesenas@gmail.com.

² Doutora em Ciências Médicas, Professora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser e orientadora do presente trabalho.

necessidades e especificidades deste grupo (BARBOSA; FACCHINI, 2009). Reconhecendo a exclusão e discriminação sofrida por esse grupo, foi implementado no âmbito do SUS a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) instituída em dezembro de 2011, sendo desenvolvida a partir de propostas dos Princípios de Yogyakarta (trazendo a ideia de que o Estado tem o dever de garantir o acesso a saúde de qualidade sem nenhuma prática discriminatória) e do Programa Brasil sem homofobia (buscando melhorar o comportamento de gestores públicos em relação à população LGBT), com o intuito de gerar ações de combate a LGBTfobia e de mudança social nos ambientes de gestão e atendimentos públicos de saúde (MELO *et al.*, 2020).

Apesar da pauta LGBTQIA+ ter ganhado força nos últimos 2 séculos, e da implementação das novas políticas e ações para a promoção ao acesso à saúde desse público ainda há barreiras que dificultam a prática dos princípios da integralidade e equidade, devido ao fato de que essa população ainda vem sofrendo preconceito e discriminação, o que acaba se tornando uma barreira simbólica obstaculizando o acesso a um atendimento de saúde adequado, mesmo quando esse grupo busca atendimento através do Sistema Único de Saúde (SUS) fundado pela lei 8080/1990, cujo os princípios baseiam-se na universalidade, na integralidade e na equidade (GOMES *et al.*, 2018; GUIMARÃES *et al.*; 2017).

A baixa adesão aos adequados cuidados de saúde também se mostra como um problema, ocorrendo principalmente devido ao preconceito e marginalização desse grupo, trazendo como consequência a discriminação sofrida através de profissionais inábeis para atendimento deste público, com ideias e estigmas preconceituosos como é evidente no estigma da AIDS (BARBOSA; FACCHINI, 2009; GUIMARÃES *et al.*, 2017). A população LGBTQIA+ acaba tendo que lidar com situações como a falta de privacidade, quebra de confidencialidade, negação do seu direito a um acesso de saúde qualidade, e discriminação. De acordo com dados do UNAIDS (programa das Nações Unidas com o objetivo de ajudar no combate a AIDS), 36,3% de pessoas trans tinham medo da quebra de confidencialidade ou discriminação do profissional de saúde, enquanto 31,9% desse grupo já experienciou situações desagradáveis com algum profissional de saúde (UNAIDS, 2020).

Em agnição a esses fatores, os princípios SUS reconhecem os diferentes grupos sociais e as suas necessidades de saúde variadas e buscam fornecer serviços e ações para a promoção de saúde independente de sua complexidade com o intuito de reduzir injustiças evitáveis que agredem a dignidade humana, fazendo-se necessário alinhar as políticas governamentais, as especificidades da população e a formação de profissionais preparados no quesito técnico e ético (GUIMARÃES *et al.*, 2017; MELO *et al.*, 2020).

Dentre esses profissionais, a fisioterapia enquanto profissão de saúde possui um importante papel e função social, precisando se adequar as competências e habilidades exigidas pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), em que se exige um profissional capaz de propiciar ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação de saúde de forma individual ou coletiva conforme suas necessidades (BRASIL, 2013). Sendo assim o atendimento das necessidades da população LGBT não depende apenas do SUS, é necessário também que os profissionais se preparem para atuar nas subjetividades dessa demanda buscando uma nova organização e linha de raciocínio para se adequar ao atual perfil epidemiológico dessa população (BISPO JÚNIOR, 2009).

O atendimento fisioterapêutico voltado para as pessoas LGBT's consiste na compreensão dessas subjetividades e na abordagem adequada destes pacientes a fim de evitar constrangimento durante o atendimento. Porém o papel da fisioterapia evidencia-se mais diretamente quando há a necessidade de prevenir ou tratar disfunções e complicações do assoalho pélvico pós-cirurgia de redesignação sexual.

A cirurgia de redesignação sexual (CRS) é um processo transexualizador complexo por meio de intervenções cirúrgicas e hormonais, com duração de cerca de dois anos, podendo trazer alterações e possíveis complicações ao assoalho pélvico, desta forma esse processo é dividido em duas fases, sendo a primeira fase o diagnóstico, e a segunda fase composta por três etapas avaliação, hormonização e cirurgia, necessitando de um olhar atento da equipe multiprofissional (MARTINS *et al.*, 2022; ROCON, 2020).

A cirurgia de reafirmação de gênero consiste em procedimentos para criar uma aparência masculina ou feminina por meio de intervenções faciais, corporais e genitais (WROBLEWSKI; GUSTAFSSON; SELVAGGI, 2013). Assim como todos os processos cirúrgicos, existem diversas complicações que podem surgir em decorrência da cirurgia de redesignação sexual (CRS), como por exemplo, aderências, fissuras, fístulas, hiperalgesia, alodinia e incontinência urinária, provocados pelo enfraquecimento e disfunções do assoalho pélvico (MARTINS *et al.*, 2022; PAGANINI *et al.*, 2021).

O papel do fisioterapeuta na CRS consiste no tratamento do assoalho pélvico, em que o profissional deve visar à melhora e adequação dessa musculatura à sua nova função e inserção, para isso o fisioterapeuta poderá utilizar recursos como eletroestimulação, cinesioterapia, massagem perineal, *biofeedback*, exercícios para a musculatura pélvica, analgesia, despertar muscular, fortalecimento muscular e orientação deste paciente (PAGANINI *et al.*, 2021).

O fisioterapeuta pode educar o paciente sobre os melhores posicionamentos, ensinar técnicas de contração e relaxamento do assoalho pélvico (AP), além de orientar e realizar técnicas respiratórias associadas à contração muscular, o que contribuirá para a melhora funcional dessa musculatura (PAGANINI *et al.*, 2021). Desta forma a fisioterapia tem papel fundamental pois é capaz de promover maior qualidade de vida para esses pacientes, por meio do treinamento da musculatura do AP, promovendo a conscientização perineal, a melhora da força muscular e diminuição do quadro álgico (SANTO CARMO *et al.*, 2020).

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória por meio de uma revisão de literatura, com o objetivo de compreender qual é o papel do fisioterapeuta no atendimento da comunidade LGBTQIA+ principalmente quando esta envolve procedimentos cirúrgicos como a de redesignação de gênero.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas as seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *PubMed*, abordando os seguintes descritores (DeCs): “Minorias Sexuais e de Gênero”, “Especialidade de Fisioterapia”, “Cirurgia de Readequação Sexual”; e termos *Mesh*: “*Sexual and Gender Minorities*”, “*Physical Therapy Specialty*”, “*Sex Reassignment Surgery*”.

Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos e textos com o período de publicação limitado aos últimos 13 anos (2009-2022), nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram excluídos artigos que não abordam o tema em questão, metanálise, diretrizes, pôsteres e blogs. Dentre as informações extraídas estão: autor, ano de publicação, objetivo, características da amostra, número de grupos, protocolo de intervenção e principais resultados.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Apesar da pauta LGBT ter ganhado força e visibilidade nos últimos dois séculos o que favoreceu a implementação de novas políticas e projetos a fim de melhorar as condições deste público, ainda é perceptível que existem barreiras simbólicas que dificultam o acesso desses

grupos nas mais diversas áreas, dentre elas o acesso a um tratamento e suporte de saúde adequado para cada caso.

Desta forma faz-se necessário que os profissionais da saúde busquem se capacitar para a promoção de saúde para toda a população, levando em consideração as mudanças sociais e etiológicas durante o decorrer dos séculos. Essas mudanças fazem com que seja necessária a ampliação de pesquisas e conhecimentos voltados para o atendimento deste novo público, tendo em vista que ainda há uma escassez de informações referentes ao tema.

Por conta disto a fisioterapia enquanto profissão de saúde, tem um papel e função a cumprir, sendo necessário a busca de novos conhecimentos para a formação de profissionais mais atualizados e qualificados para atender às novas demandas da diversidade sexual, seja ele, de forma indireta como construtor e propagador de conhecimento, devendo melhorar a abordagem para com esses pacientes que muitas vezes possuem receios quanto ao atendimento, e de forma direta com o intuito de melhorar a qualidade de vida do paciente como no caso da cirurgia de redesignação sexual em que o profissional fisioterapeuta é fundamental no pré e pós-operatório, evitando e tratando complicações.

Por meio das informações obtidas é possível perceber a necessidade de novas pesquisas sobre a atuação do fisioterapeuta no atendimento da comunidade LGBTQIA+ e no processo de transgenitalização. Apesar da existência de várias técnicas que possibilitam um atendimento efetivo das complicações decorrentes da cirurgia, é possível perceber que ainda há espaço para o desenvolvimento de novas abordagens e técnicas de tratamento.

4 CONCLUSÕES

A atuação da fisioterapia pélvica é uma realidade concreta. O que ainda é questionado nesta área de atuação é se os profissionais são capacitados para atender de forma ética e competente esta comunidade.

Por fim faz necessário um entendimento mais aprofundado sobre a atuação do fisioterapeuta no atendimento dessa comunidade, com o intuito de gerar um incentivo para o desenvolvimento de novas pesquisas que visem integrar as subjetividades desse grupo para um atendimento fisioterapêutico mais minucioso e eficiente.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. M.; FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. s291-s300, 2009.
- BISPO JÚNIOR, J. P. Formação em fisioterapia no Brasil: reflexões sobre a expansão do ensino e os modelos de formação. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 16, p. 655-668, 2009.
- BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. São Paulo: USP, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: ed. 1, reimp. 1. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BRASIL. Resolução COFFITO nº 424, de 08 de julho de 2013. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, n. 147, Seção 1, 01 ago. 2013. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/wp-content/uploads/2018/08/8Codigo_de_Etica.pdf. Acesso em 12 ago. 2022.
- GOMES, S. M. *et al.* O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 1120-1133, 2018.
- GUIMARÃES, R. C. P. *et al.* Assistência a população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os Agentes Comunitários de Saúde?. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 121-139, 2017.
- MARTINS, Milena Almeida *et al.* A fisioterapia na pós-cirurgia de redesignação sexual-masculino para feminino. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 2, p. 6070-6081, 2022.
- MELO, I. R. *et al.* O Direito à Saúde da População LGBT: desafios contemporâneos no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Psicologia e Saúde**, p. 63-78, 2020.
- PAGANINI, Roberta *et al.* Funções e disfunções pélvicas-papel da fisioterapia pós cirurgia de afirmação de gênero em mulheres transexuais. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 32, n. 1, 2021.
- ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, p. 2347-2356, 2020.
- SANTO CARMO, Flavio Junio do Espirito *et al.* A intervenção fisioterapêutica na reabilitação pós cirurgia de redesignação de sexo masculino para feminino: relato de caso. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 10, n. 2, p. 288-300, 2020.

UNAIDS. **Mais de 90% da população trans já sofreu discriminação na vida.** Brasil, 2020. Disponível em: <https://unids.org.br/2020/01/mais-de-90-da-populacao-trans-ja-sofreu-discriminacao-na-vida/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

WROBLEWSKI, Peter; GUSTAFSSON, Jonas; SELVAGGI, Gennaro. *Sex reassignment surgery for transsexuals.* *Current Opinion in Endocrinology, Diabetes and Obesity*, v. 20, n. 6, p. 570-574, 201